



TERRITÓRIO MÉDIO JURUÁ: Resgate histórico das lutas e conquistas na busca por políticas públicas através do empoderamento comunitário e social.

Thaís de Souza Soares¹

Antônio Enoque Ventura de Souza²

Gleyciane Alves dos Santos Costa³

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo fazer um resgate histórico das lutas e conquistas dos comunitários ribeirinhos do médio juruá em busca de políticas públicas para suas comunidades e como eles se apoderaram enquanto organização comunitária nesse processo de lutas e conquistas. As comunidades ribeirinhas amazônicas são formadas por populações cujo modo de organização social é reconhecido como tradicional e partilha-se da perspectiva que as comunidades tradicionais possuem um modo de vida ligado diretamente à dinâmica da natureza, e muitas vezes essa parte da população é esquecida em relação ao acesso a políticas públicas. Logo, viu-se a necessidade de evidenciar o contexto histórico nesse processo de busca por melhores condições na vida comunitária por meio da conquista de políticas públicas, e como esse processo foi fundamental em relação aos avanços da cidadania dos ribeirinhos.

Palavras-chave: Médio Juruá; Associações; Políticas Públicas.

ABSTRACT

The present article aims to provide a historical overview of the struggles and achievements of the riverside communities in the Middle Juruá in their quest for public policies for their communities and how they empowered themselves as a community organization in this process of struggles and achievements. The Amazonian riverside communities are comprised of populations whose mode of social organization is recognized as traditional, and it is believed that traditional communities have a way of life directly connected to the dynamics of nature. Unfortunately, often this population is overlooked when it comes to accessing public policies. Therefore, there was a need to highlight the historical context in this process of seeking better conditions in community life through the attainment of public policies and how this process was crucial in advancing the citizenship of the riverside dwellers.

Keywords: Middle Juruá; Associations; Public Policies.

¹ Educadora Social do Programa de Educação para Sustentabilidade da Fundação Amazônia Sustentável - FAS; Bacharela em Serviço Social; Pesquisadora no Grupo de Estudo e Pesquisa em Processo de Trabalho e Serviço Social na Amazônia (GETRA) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), thais.soares@faz-amazonia.org.

² Supervisor de Projetos no Programa de Educação para Sustentabilidade da Fundação Amazônia Sustentável - FAS; Licenciado em Pedagogia, especialista em pedagogia do campo; Pós graduado em psicologia; enoque.ventura@faz-amazonia.org.

³ Educadora Social do Programa de Educação para Sustentabilidade da Fundação Amazônia Sustentável - FAS; Bacharela em Engenharia Ambiental, Especialista em Docência Universitária; gleyciane.alves@faz-amazonia.org.

PROMOÇÃO



APOIO

1 INTRODUÇÃO

As comunidades ribeirinhas desempenham um papel fundamental no tecido sociocultural da região amazônica, mantendo uma profunda conexão com a natureza e exibindo um modo de vida tradicional. No entanto, essas comunidades geralmente enfrentam desafios significativos, como o acesso limitado a serviços essenciais e a marginalização em iniciativas de políticas públicas. Este artigo tem como objetivo explorar o contexto histórico e examinar as lutas e conquistas das comunidades ribeirinhas do Médio Juruá, enquanto defendem políticas públicas eficazes para atender às suas necessidades específicas.

A região do Médio Juruá, localizada no coração da Amazônia brasileira, abriga uma diversidade de comunidades ribeirinhas cuja existência está intrinsecamente ligada ao ecossistema único da região. Reconhecidas por sua organização social tradicional e práticas sustentáveis, essas comunidades há muito dependem dos recursos naturais e da abundância dos rios para sua subsistência. No entanto, a falta de políticas públicas adequadas e apoio governamental tem dificultado seu acesso a recursos essenciais, infraestrutura e serviços.

Em sua busca por melhores condições de vida e justiça social, as comunidades ribeirinhas do Médio Juruá têm se destacado como defensoras resilientes, envolvendo-se ativamente na luta pelo reconhecimento de seus direitos e reivindicações. Por meio de mobilização popular e ação coletiva, eles se organizaram em comunidades fortes e capazes de influenciar os processos de formulação de políticas e garantir que suas vozes sejam ouvidas.

Este artigo busca registrar a trajetória histórica dessas comunidades ribeirinhas, rastreando suas lutas e conquistas na defesa de políticas públicas eficazes. Visa destacar o papel fundamental das organizações comunitárias no empoderamento dos moradores para assumirem o controle de seus próprios destinos, aproximando a base da sociedade dos corredores de poder. Ao iluminar suas experiências, esta pesquisa pretende contribuir para a compreensão do desenvolvimento impulsionado pela comunidade e a importância de abordagens participativas na elaboração de políticas públicas.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DO MÉDIO JURUÁ E FORMAÇÃO DE SUAS COMUNIDADES TRADICIONAIS.

PROMOÇÃO



APOIO



O Médio Juruá é uma região localizada no estado do Amazonas, na Amazônia brasileira. É uma área de grande importância ambiental, caracterizada por sua rica biodiversidade e seus ecossistemas únicos. O território abrange uma extensa área que se estende ao longo do Rio Juruá, um dos principais afluentes do Rio Amazonas.

Essa região é composta por uma combinação de florestas tropicais, rios sinuosos, igapós, várzeas e áreas de terra firme. Essa diversidade de habitats oferece um lar para uma vasta gama de espécies animais e vegetais, incluindo mamíferos, aves, répteis, peixes e plantas medicinais. O Médio Juruá também abriga comunidades tradicionais ribeirinhas, cujo modo de vida está profundamente ligado à natureza e aos recursos naturais da região.

O Médio Juruá engloba diversos municípios localizados no estado do Amazonas, na região amazônica do Brasil, entre os quais temos: Carauari: localizado às margens do Rio Juruá, é um dos principais da região do Médio Juruá. É conhecido por sua rica biodiversidade e pela presença de comunidades ribeirinhas. Juruá: também situado às margens do Rio Juruá, é uma importante cidade do Médio Juruá. Possui uma população diversificada, com comunidades ribeirinhas e indígenas. Eirunepé: É um município de grande extensão territorial e possui uma diversidade cultural e ambiental significativa. Envira: também faz parte do Médio Juruá. É uma área de intensa floresta tropical, com presença de comunidades ribeirinhas e uma rica biodiversidade.

Esses são apenas alguns dos municípios da região do Médio Juruá. Cada um deles possui características próprias, mas todos compartilham a importância socioambiental da região amazônica e a presença de comunidades tradicionais ribeirinhas.

As comunidades ribeirinhas do Médio Juruá são conhecidas por sua relação harmoniosa com o meio ambiente. Elas dependem dos recursos naturais para subsistência, utilizando técnicas de pesca, agricultura de subsistência e extrativismo sustentável. Além disso, essas comunidades têm um profundo conhecimento das plantas medicinais e tradicionais, transmitidas ao longo de gerações.

No entanto, o território do Médio Juruá também enfrenta desafios, como o desmatamento, a exploração predatória dos recursos naturais e as pressões do desenvolvimento desordenado. Essas ameaças afetam tanto a biodiversidade única da região quanto o modo de vida das comunidades ribeirinhas.

PROMOÇÃO



APOIO



O Médio Juruá é marcado pela luta entre os Seringalistas e os Seringueiros que viviam na região em meados da primeira e segunda guerra mundial. Época marcada pelos tempos áureos da borracha, onde os coronéis exploravam a mão de obra dos nordestinos, negros e indígenas.

A população ribeirinha do território do Médio Juruá viveu um contraste social muito elevado. Habitavam em meio a uma gigantesca riqueza natural, no entanto viviam em sistema característico ao feudalismo, sobretudo com uma realidade de extrema pobreza. A população vivia sem apoio do governo municipal e sob maus-tratos ocasionados por um sistema de escravidão controlado por parte dos seringalistas.

Os seringalistas, chamados “Patrões”, eram pessoas poderosas que se apropriaram de uma imensa área, rasgada por trilhas que ligavam uma seringueira a outra – “estradas de seringas”, que normalmente contavam com 100 a 150 “madeiras”, ou seringueiras. Já “seringueiro” era o termo dado aos ribeirinhos que extraem o látex das árvores para transformar o produto em borracha, a maioria de origem nordestina. Trazidos para a Amazônia em vez de irem à Itália para lutar na segunda guerra mundial, ficaram conhecidos como “soldados da borracha”, com a grande migração destas pessoas a população do território do médio Juruá foi formada com grande diversidade social, cultural e genética. Uma miscigenação que deu origem ao povo batalhador e sonhador. (JANOTTI, M., 1981)

Os seringueiros já chegavam aos seringais em dívida com os donos da terra, que colocavam na conta desde transporte até alimento. Suas moradias, onde residiam com suas famílias, eram muito precárias. Chamadas de “palhoças”, eram uma espécie de barraco coberto com palhas e piso de “paxiúba”, palmeira da região. Muitas delas não tinham paredes, e faziam às vezes de centro de processamento e defumação da borracha. (JANOTTI, M., 1981)

O patrão, “dono” das terras, sempre abusava do poder de sua autoridade para a exploração do trabalho, usando, muitas vezes, ameaças como forma de intimidação. O trabalhador não tinha voz nem vez e, se alguém ousasse cobrar seus direitos, seria penalizado, ou até mesmo executado. A entrega da produção normalmente era feita a cada quinzena no barracão, uma casa grande onde acontecia o “aviamento” entre patrão e freguês. (JANOTTI, M., 1981).



Aviamento era o nome dado ao sistema de comercialização da troca de um produto por mercadorias ou objetos, mas o seringueiro nunca terminava de pagar sua dívida ao final da safra. Esse sistema mantinha o trabalhador preso por meio de uma dívida interminável, que crescia dia após dia, obrigando o seringueiro a trabalhar em dobro, o único que se beneficiava era o patrão. Os seringueiros eram proibidos de ter autonomia em seus roçados, pescarias e eram obrigados a vender toda a sua produção para os patrões por um preço injusto e que explorava esses trabalhadores (Schweickardt, 2010). Essa situação é evidenciada por Derickx e Transferetti (1992):

No rio Juruá, os seringueiros e os índios Deni e Kulina sofrem as consequências da secular escravidão imposta pelos coronéis de barranco, hoje os patrões, pseudodonos dos seringais. Sofrem por causa da permanente invasão de comerciantes exploradores, pesqueiros e madeireiros. Tudo com a total complacência e consentimento das autoridades locais. Um rio tão rico em peixes e quelônios, vê desaparecer a cada dia a tartaruga, e o tracajá vai no mesmo caminho. Choca, contraditoriamente, com um país que é convidado a ingressar no “Primeiro Mundo” a escravidão sempre vergonhosa, em que está submetida praticamente toda a população deste rio (49-50 p.).

Durante todo período denominado de feudalismo onde o apogeu da borracha despertou na população ribeirinha de forma explícita a desigualdade de classes sociais, não era permitido a criação de comunidades, este termo não poderia ser utilizado, e sim a terminologia seringal. Somente a partir de meados dos anos 80, os ribeirinhos mais corajosos iniciaram movimento que afrontava os patrões, assim deram início às reuniões, ainda escondidas, das futuras lideranças comunitárias que revolucionaram este território e mudaria toda sua estrutura social, administrativa, ambiental e econômica. Dando início ao movimento de base comunitário, onde tiveram conhecimento do projeto MEB (Movimento de Educação de Base) e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, começou um processo de organização social na região na luta pelos seus direitos. (ALEGRETTI, M., 2002)

Somente a partir daí, surgem as primeiras comunidades no Médio Juruá, que, na época, viviam de maneira isolada e distantes uma das outras, afastando as famílias. Elas recebiam ameaças constantes por parte dos patrões, delegados e policiais que eram aliados dos coronéis da borracha, na tentativa de intimidá-los e evitar que o povo se organizasse. Prenderam seringueiros, como no caso do senhor Élson Pacheco, morador da comunidade Gumo do Facão e membro do sindicato, e destruíram escolas logo após serem construídas, para que os ribeirinhos não tivessem



direito à educação. Contudo, as lideranças comunitárias já estruturadas não se intimidaram e sob ameaças souberam se estruturar e fortalecer suas ideias em busca do empoderamento comunitário. (ALEGRETTI, M. ,2002)

Após muitas lutas e conquistas de espaço, o Território do médio Juruá, atualmente conta com 62 comunidades, duas unidades de conservação - Reserva Extrativista do Médio Juruá e Reserva de Desenvolvimento Sustentável Uacari - e as comunidades que ficam de fora geograficamente das áreas de proteção, estão inseridas no acordo de pesca da colônia de pescadores do município de Carauari - importante ressaltar que o território é referência em organização comunitária, lideranças comunitárias e modelo em gestão de associações e cooperativas todas de base comunitária, atuando de forma eficaz para que os povos tradicionais tenham acesso às políticas públicas que outrora não chegava em suas comunidades. (GUIMARÃES, 2022).

3 FORTALECIMENTO DO MOVIMENTO SOCIAL E SUA LUTA DE CLASSE NO TERRITÓRIO.

O processo de fortalecimento do movimento social de base no Médio Juruá é marcado pela ausência do Estado na região, pela luta em busca por direitos que garantiriam, mesmo que minimamente, uma vida digna e justa.

Esse processo de luta contra a hegemonia dos “Patrões” na época que dominavam o fluxo de capital na região, iniciava a partir das reuniões seringalistas onde ocorriam debates acerca das injustiças e busca por garantia também territorial. O contato com a consciência de classe por parte dos seringueiros nessas reuniões, causa inquietação e explicitava que o estilo de vida até então vivido por eles, está inserido em um cenário de exploração e opressão.

Em Carauari essas lutas vieram das inquietações sociais com o modelo de exploração e opressão praticado na época. A luta de classe foi a ferramenta para a organização, união e empoderamento das populações extrativistas na época. Esse processo revelou aos seringueiros que é possível ter outra forma de vida, mais justa e igualitária. Logo, aquele território foi cenário para o enfrentamento dos seringueiros com os coronéis da borracha. (GUIMARÃES, D.F.S, p.6, 2022)

Segundo Guimarães (2022), no país já existiam movimentos de trabalhadores bem consolidados em regiões mais populosas. Essas lideranças em busca de refúgio após perseguição, procuravam a Amazônia para se proteger e nesse ínterim criavam novos movimentos sociais. Desse modo, foram instigando dentro dos seringais a



criação de movimentos sociais de base que intentavam lutar pela defesa de seus direitos.

Esses movimentos foram impulsionados pela Igreja Católica e pelo Movimento Educacional de Base. Via-se a necessidade de aglutinação às demais áreas que por igual caracterizavam-se por grupos de vulnerabilidade, oprimidos e ameaçados, povos do rio Juruá, rio Jutaí e Madeira, que criam formações sociais e políticas em defesa da terra, dignidade e respeito aos seringueiros. Como consequência dessas formações criou-se o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS). (GUIMARÃES, 2022).

Na obra de Guimarães vê-se um relato de um comunitário/seringueiro que fala sobre o primeiro contato com a consciência de classe que fora em uma reunião do CNS:

“[...] e eu fui participar desse encontro de seringueiro, aí subiu um caboclo para participar desse encontro chamado Taveira, com um papel madeira enrolado na mão, e aí ele esticou na parede e era assim: uma pirâmide que tinham 03 caboclo lá de cima, abaixo 05 militares armados virando bicho, mais embaixo tinha outra camada de certa quantidade e embaixo uma grande massa. E ele abriu o encontro fazendo uma análise de conjuntura da sociedade brasileira e olha que eu tinha 24 anos. Até ali nós éramos pobres porque Deus queria, segundo minha mãe, e era bom a gente ser pobre, porque era um jeito de se salvar e minha mãe se agarrava muito naquilo que é mais fácil um cabo grosso, que é o camelo, passar num furo de uma agulha do que um rico se salvar. Então ser pobre era sofrido aqui, mas a outra vida tava garantida, minha mãe pregava isso. Mas naquela análise de conjuntura do Tadeu ficou claro pra mim que a gente era pobre não porque Deus queria, mas porque o sistema brasileiro colocava que era pra ter o rico e o pobre, inclusive o pobre para trabalhar para o rico. Então ali começou não só a minha mudança, mas a mudança de várias lideranças que estava ali naquele encontro, era um encontro de seringueiros de vários seringais (M. C., 2022)”

A criação do CNS em Brasília em 1985 foi um marco para os seringueiros e a partir dessa conquista vislumbrou-se reivindicações necessárias que até serem explanadas pelas ameaças dos “patrões” não eram pauta na cabeça dos movimentos e nem das reuniões, como o caso das reivindicações pelo direito à terra.

Um dos pontos percebidos nesse processo de luta dos seringueiros foi a ausência de acesso à informação, a educação e outras políticas, era de fato o foco dos “patrões”, pois sem conhecimento, os seringueiros não poderiam se opor às garras do opressor. A falta de acesso às políticas públicas para esses sujeitos ia para além de desumanização, consistia na real face do capital x trabalho, o sumo da luta de classe.

O estudo na Amazônia era visto como ameaça para as atividades dos seringueiros: “Eu já lhe disse, seu Albuquerque, jornal e livro só tem besteira”, assim pensava Coronel Cipriano (LIMA, 2002, p. 202). Os patrões temiam que a leitura, o entendimento das leis e a habilidade para cálculos tornassem os seringueiros mais espertos no trabalho: “Seringueiro metido a letrado é a pior gente pra seringal. Só vive perguntando saldo, fazendo conta, metendo besteira na cabeça dos outros, querendo voltar pro Ceará” (LIMA, 2002, p. 147).

Na luta por seus direitos básicos, através de reuniões do Conselho, levantou-se a necessidade de fundar organizações nos municípios para trabalhar continuamente a fim de fortalecer a ideia central dos movimentos de base pela luta de direitos.

Evidencia-se, assim, a importância da criação da Associação dos Produtores Rurais de Carauari (ASPROC) Associação dos Moradores Agroextrativistas da RDS Uacari (AMARU), Associação das Mulheres Agroextrativistas do Médio Juruá (ASMAMJ), Associação dos Moradores Extrativistas da Comunidade de São Raimundo (AMECSARA), Associação Agroextrativista de Nova Esperança (AANE), Cooperativa Mista de Desenvolvimento Sustentável e Economia Solidária da Reserva Extrativista do Médio Juruá (CODAEMJ) entre outras, que fazem parte da área de abrangência do Médio Juruá.

Os seringalistas foram partícipes dos dois importantes ciclos econômicos da Amazônia. Eles foram personagens e junto com os seringueiros contribuíram para a formação econômica, social, cultural e política do território.

As Associações foram fundamentais neste processo, pois legitimaram a luta organizada dos povos extrativistas do médio juruá, sendo precursores na transformação da vida juruaense, a partir da incisão das lideranças comunitárias e organizações da sociedade civil na articulação das demarcações das terras protegidas, as Unidades de Conservação (RESEX e RDS Uacari) e terra indígena Deni.

Com a criação das duas unidades de conservação também surgiu a necessidade de fortalecimento das lutas em torno desse território, efetivando estratégias para a conservação dos recursos naturais, conciliada à geração de renda e melhoria da qualidade de vida das populações das comunidades das reservas. O primeiro passo foi o reconhecimento dessa região, marcada pelas duas unidades de conservação e a Terra Indígena Deni, como um território comum, onde eles partilham recursos, vivências, culturas e modos de vida. Logo foi germinado nas lideranças e moradores a produção de um território que possibilitasse o engendramento de suas reivindicações sociais, nessa perspectiva surge o território do Médio Juruá como forma de fortalecimento das lutas, promoção de desenvolvimento e dignidade dessas populações juarenses. (GUIMARÃES, D.F.S, p.6, 2022)



Para ALMEIDA (2004) processo pode ser considerado à luz de uma série de mudanças macroestruturais ocorridas ao longo do período da borracha no Médio Juruá, onde podemos elucidar certas transformações que foram necessárias para o reconhecimento dos direitos territoriais e coletivos de povos que ocupam as terras : crescente importância de lutas e políticas públicas, a consolidação da questão ambiental e necessidade de demarcação das áreas protegidas, a dinâmica de liberalização neoliberal das economias e as correlatas transformações no Estado e o papel da cooperação internacional e das Organizações Não Governamentais (ONGs).

De todo percurso dos atores desse processo na região do Médio Juruá, entende-se que as relações de trabalho exercidas no seringal, a exploração exacerbada da terra e seus recursos e a ausência de políticas públicas precisavam ser extinguidas, esse processo e toda a conquista de espaço se deu a partir da transformação desse sistema constituído pela luta de classes que é inerente de uma sociedade capitalista, mesmo no território mais remoto - como o povo amazônida.

As articulações que desencadeiam após esse cenário de conquistas abrem portas para a viabilização do trabalho com grandes parceiros e empresas que através do serviço do terceiro setor junto com o órgão instaurado em 2010 o Fórum do Território do Médio Juruá (FTMJ) que objetiva articular junto da rede socioambiental com uma estratégia eficaz para se trabalhar as Políticas Públicas no Médio Juruá, através do financiamento de projetos executados pelas organizações do terceiro setor da região.

A população ribeirinha do território do Médio Juruá mostrou sua capacidade de liderança, organização social, gestão territorial e empoderamento, uma luta que em sua criação não era possível, saindo do papel de coitado explorado pelos coronéis de barranco⁴, para protagonistas de sua história, garantindo a cada comunitário o direito ao sonhar.

As unidades de conservação vêm como estrutura de gestão. O gestor este técnico contratado pelo governo, e o conselho deliberativo e consultivo, formado por representantes das instituições do terceiro setor, órgãos governamentais e

⁴ No que se refere à região amazônica, o termo coronel de barranco mantém o mesmo significado do restante do país: um homem que manda na região e dita as regras, delegando funções em meio à floresta. Nas palavras de Márcio Souza, o coronel de barranco dos ciclos da borracha é um “cavalheiro cidadão em Belém ou Manaus e o patriarca feudal no seringal” (SOUZA, 2001, p. 182).

comunitários. Formando também de modo mais amplo o Fórum do Território do Médio Juruá - FTMJ, com representantes de todas as instituições que atuam com projetos na região, tendo em vista a equidade de classes socioeconômica neste território.

4 O PAPEL DAS ASSOCIAÇÕES NA BUSCA POR POLÍTICAS PÚBLICAS EM COMUNIDADES RIBEIRINHAS.

Nas últimas décadas as problemáticas acerca do meio ambiente, saúde, educação, assistência social e direitos humanos foram se agravando. E para que essas problemáticas fossem trabalhadas e caminhassem para erradicação, o papel das associações a partir do seu empoderamento e conhecimento de direitos passa a ser mais atuante em busca de meios para levar a efetivação dos direitos de forma interventiva. Portanto, surgem novas instituições que não se encaixavam nas demarcações institucionais que a sociedade tinha se acostumado, trata-se de instituições não governamentais e associações, que vêm para atuar no acesso a políticas públicas para o território.

As margens do rio Juruá encontram-se centenas de comunidades que abrigam milhares de ribeirinhos que precisam ter acesso a políticas públicas igualmente a qualquer outro cidadão. Porém esses ribeirinhos encontram-se geralmente esquecidos pelo poder público, e justifica-se muitas das vezes tal esquecimento devido o difícil acesso a essas comunidades. Com esse descaso, os comunitários resolveram reagir, se unir e formar associações voltadas para a busca de seus direitos de uma forma organizada e eficaz.

Segundo Fung (2003), as associações podem contribuir para socialização cívica e para educação política, na medida em que afetam atitudes e comportamentos dos indivíduos indicando virtudes cívicas como atenção ao bem público, cooperação, tolerância, respeito ao próximo e ao estado de direito.

No Médio Juruá hoje temos seis associações que fazem a diferença na vida dos ribeirinhos, trabalham com fortalecimento e empoderamento das mulheres, orientações e encaminhamentos aos comunitários, com a geração de renda com compra e venda de produtos trazidos pelos ribeirinhos, com o desenvolvimento de ações de saúde, com orientações sobre o cuidado com o meio ambiente dentre tantas outras ações, essas associações são fortemente reconhecidas e respeitadas pelos comunitários, pois através delas os ribeirinhos do médio Juruá têm acesso a diversas políticas públicas, sem ter que esperar pelo poder público.

PROMOÇÃO



APOIO





As associações são fundamentais no processo de catalisar capital social, bem como lastros para o entendimento da confiança dos cidadãos nas instituições. Essas organizações possuem estruturas que, em tese, as permitem lutar pelos interesses dos comunitários junto ao poder público, para que os mesmos usufruam dos seus direitos. A participação de todos é um dos princípios fundamentais no processo de fortalecimento de uma associação. É a partir dela que acontece o envolvimento dos cidadãos na tomada de decisão e na busca de soluções para as necessidades comuns, reforçando o sentido de comunidade e fortalecendo os laços sociais e o desenvolvimento local. Segundo Habermas (1996),

A sociedade civil é composta por aquelas associações mais ou menos espontaneamente aderentes, organizações e movimentos que, sintonizados com a forma como os problemas sociais ressoam nas esferas da vida privada, destilam e transmitem tais reações de forma ampliada para a esfera pública. O núcleo da sociedade civil compreende uma rede de associações que institucionaliza discursos de resolução de problemas sobre questões de interesse geral dentro do quadro de esferas públicas organizadas. Esses “modelos discursivos” têm uma forma igualitária e aberta de organização que espelha características essenciais do tipo de comunicação em torno do qual eles se cristalizam e ao qual dão continuidade e permanência. (p. 367)

Atualmente, as organizações sociais no território Juruá protagonizam inúmeras iniciativas de conservação ambiental, geração de renda e políticas de assistência. As organizações do Médio Juruá conduzem processos inovadores de governança local, que servem de exemplo para outros territórios da Amazônia: desenvolvem cadeias da sociobiodiversidade, como pescado manejado, óleos vegetais, farinha de mandioca, fruticultura e borracha.

A partir de pesquisas e atuação no território, fora percebido pelos autores, que nos últimos anos o Médio Juruá tem sido território de participação significativa para algumas instituições que trabalham essas iniciativas, como:

Instituto Socioambiental (ISA): O ISA tem atuado no Médio Juruá com programas voltados para a conservação da biodiversidade e o fortalecimento das comunidades ribeirinhas. Nos últimos cinco anos, o ISA contribuiu para a demarcação e regularização de territórios indígenas, além de promover a gestão participativa de Unidades de Conservação e a valorização dos conhecimentos tradicionais.

Associação Amigos da Terra (ATF): A ATF tem desempenhado um papel importante no Médio Juruá por meio de projetos de agroecologia e segurança alimentar. Nos últimos cinco anos, a organização trabalhou na capacitação de agricultores familiares em técnicas agroecológicas, promovendo a produção

PROMOÇÃO



APOIO



sustentável de alimentos e a diversificação das atividades econômicas nas comunidades ribeirinhas.

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio): O ICMBio é uma autarquia federal responsável pela gestão de Unidades de Conservação, incluindo as localizadas no Médio Juruá, como a Reserva Extrativista do Alto Juruá. Nos últimos cinco anos, o ICMBio tem desenvolvido ações de fiscalização, monitoramento e educação ambiental, buscando a conservação dos recursos naturais e o fortalecimento das práticas sustentáveis das comunidades locais.

Fundação Amazonas Sustentável (FAS): A FAS atua no Médio Juruá por meio de programas que visam promover o desenvolvimento sustentável, o empoderamento das comunidades e a conservação da floresta amazônica. Nos últimos cinco anos, a FAS implementou projetos de manejo florestal comunitário, educação ambiental e valorização dos produtos da sociobiodiversidade, contribuindo para a geração de renda e a preservação dos recursos naturais.

Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (IDESAM): O IDESAM trabalha no Médio Juruá promovendo a sustentabilidade socioambiental e o desenvolvimento local. Nos últimos cinco anos, a organização realizou projetos de pesquisa, capacitação e assistência técnica voltados para a conservação dos recursos naturais, o fortalecimento da agricultura familiar e o incentivo a atividades econômicas sustentáveis nas comunidades ribeirinhas.

Essas cinco ONGs têm tido impactos significativos no Médio Juruá nos últimos cinco anos, contribuindo para a valorização dos conhecimentos tradicionais, o fortalecimento das práticas sustentáveis, o empoderamento das comunidades e a conservação dos recursos naturais. Seus projetos têm gerado benefícios tangíveis, como a diversificação das atividades econômicas, a melhoria da qualidade de vida das comunidades e a promoção da participação comunitária na tomada de decisões relacionadas ao território.

A atuação das ONGs no Médio Juruá tem sido fundamental para fortalecer a relação entre as comunidades ribeirinhas, as prefeituras e as esferas governamentais, além de impulsionar o desenvolvimento sustentável das comunidades em UCs. Por meio de parcerias estratégicas e apoio técnico, essas organizações desempenham um papel crucial na promoção de políticas públicas mais inclusivas e na garantia de que as vozes das comunidades sejam ouvidas.

PROMOÇÃO



APOIO



3 CONCLUSÃO

O resgate histórico das lutas e conquistas dos comunitários ribeirinhos do Médio Juruá em busca de políticas públicas para suas comunidades revela um processo de empoderamento e mobilização que tem trazido resultados significativos ao longo do tempo. As comunidades ribeirinhas, reconhecidas por seu modo de vida tradicional e sua estreita relação com a natureza, têm enfrentado desafios persistentes no acesso a políticas públicas que atendam às suas necessidades específicas.

No sentido do empoderamento comunitário e o fortalecimento das instituições de base comunitárias, populações locais que já tinham conquistado o direito ao território, de forma organizada e articulada, passaram a reivindicar direitos básicos e melhoria da qualidade de vida para a região, resultado do empoderamento do território estas instituições locais manifestaram interesse aos órgãos públicos em relação a criação de unidades de conservação assim facilitando a gestão de seu território e pensando na conservação e preservação de sua biodiversidade.

Como modelo de gestão comunitário e compartilhado com os órgãos públicos, o modelo de gestão no médio Juruá tem participação direta de seus comunitários e os gestores das unidades de unidades de conservação.

As associações comunitárias, ao lado de movimentos sociais e outras formas representativas, tornaram-se uma possibilidade de canal efetivo de comunicação entre o cidadão, a partir de sua realidade local, e o poder público. Sendo assim, as associações de moradores mostram-se como importantes canais de construção do interesse público e do engajamento cidadão, principalmente no que se refere a questões como saúde, educação, meio ambiente e geração de renda.

Nesse contexto, as organizações não governamentais (ONGs) desempenham um papel fundamental. Por meio de parcerias estratégicas com as comunidades ribeirinhas e a articulação com as prefeituras e órgãos governamentais, as ONGs têm contribuído para fortalecer a participação das comunidades na formulação e implementação de políticas públicas. Elas têm auxiliado na capacitação das lideranças locais, na estruturação das demandas comunitárias e na promoção de uma gestão mais participativa e inclusiva.

O impacto das ONGs no contexto do Médio Juruá tem sido notável. Essas organizações têm trabalhado em diversas frentes, desde a conservação ambiental até o fortalecimento das atividades econômicas sustentáveis nas comunidades

PROMOÇÃO



APOIO



ribeirinhas. Por meio de projetos de agroecologia, educação ambiental, manejo florestal comunitário e outras iniciativas, assim como têm contribuído para o desenvolvimento socioeconômico das comunidades, gerando benefícios tangíveis, como a geração de renda, a melhoria da qualidade de vida e a valorização dos conhecimentos tradicionais.

No entanto, é importante ressaltar os muitos desafios a serem enfrentados. A busca por políticas públicas efetivas e o fortalecimento das comunidades ribeirinhas demandam esforços contínuos e aprofundados. É necessário promover uma maior integração entre as organizações, as comunidades, as prefeituras e os órgãos governamentais, visando estabelecer parcerias sólidas e duradouras. Além disso, é fundamental fortalecer os mecanismos de participação comunitária e a capacidade de autogestão das comunidades, garantindo que suas vozes sejam ouvidas e consideradas nos processos de tomada de decisão.

Em suma, o resgate histórico das lutas e conquistas dos comunitários ribeirinhos do Médio Juruá e o papel das ONGs nesse contexto evidenciam a importância da mobilização comunitária e da atuação conjunta entre diferentes atores para a busca de políticas públicas inclusivas e sustentáveis. Essas iniciativas têm o potencial de promover o desenvolvimento socioeconômico das comunidades ribeirinhas, valorizando seus modos de vida tradicionais e contribuindo para a conservação dos recursos naturais na região amazônica.

REFERÊNCIAS

ALEGRETTI, M. H. A. (2002). **Construção social de políticas ambientais. Chico Mendes e o movimento dos seringueiros.** Tese de Doutorado. Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Brasília -DF.

ALMEIDA, A. W. B. **Terras Tradicionalmente Ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais.** Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, 6(1), 9-32, 2004. Disponível em: .

BERNARDES, R. S. & Costa, A. A. D., Bernardes, C. (2018). **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 48, Edição especial: 30 Anos do Legado de Chico Mendes, p. 263-280.



DERICKX, J. **No coração da Amazônia: Juruá o rio que chora.** Vozes. (1993)

FUNG, A. **Associations and democracy: Between theories, hopes, and realities.** Annual review of sociology, 29(1), pp. 515-539. (2003).

HABERMAS J. **Between Facts and Norms: Contributions to a Discourse eory of Law and Democracy.** Transl. W Rehg. Cambridge, MA: MIT Press. (1996).

JANOTTI, Maria de Lourdes M. **O Coronelismo: uma política de compromissos.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

KLIKSBERG, Bernardo. **Repensando o Estado para o desenvolvimento social: superando dogmas e convencionalismos.** São Paulo: Cortez, 1998.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço.** Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006

LIMA, Claudio de Araújo. **Coronel de Barranco.** Manaus: Editora Valer, 2002.

SCHWEICKARDT, K. H. S. C. (2010). **As diferentes faces do Estado na Amazônia: etnografia dos processos de criação e implantação da RESEX Médio Juruá e da RDS Uacari no Médio Rio Juruá.** Rio de Janeiro: UFRJ.

SOUZA, Márcio. **Breve História da Amazônia.** Rio de Janeiro: Agir, 2001.

VIDAL, T. C. S., Simão, M. O. A. R., De Almeida, V. F. (2021). **A sustentabilidade da produção de óleos e manteigas vegetais em comunidade amazônica[1]RESEX Médio Juruá.** Research, Society and Development, v. 10, n. 3, p. e32710313478-e32710313478.

PROMOÇÃO



APOIO